

A AFROCENTRICIDADE E O REALINHAMENTO DO POVO AFRICANO EM DIÁSPORA BRASILEIRA

AFROCENTRICITY AND THE REALIGNMENT OF THE AFRICAN PEOPLE IN BRAZILIAN DIASPORA

LA AFROCENTRICIDAD Y LA REALINEACIÓN DE LOS PUEBLOS AFRICANOS EN LA DIÁSPORA BRASILEÑA

Ana Carolina Vale de Sousa¹

RESUMO

A escravização não é a história africana, mas sim um fenômeno que interrompeu a história africana e impactou a forma como o indivíduo africano se percebe e olha o mundo a sua volta, agora descarrilado de seu eixo civilizatório e deslocado para o eixo civilizatório europeu (NOBLES, 2009). Percebe-se que esse descolamento coloca o africano em desagência em relação a sua própria cultura. (ASANTE, 2009) Neste artigo, objetiva-se refletir de que forma a Afrocentricidade enquanto teoria, prática e perspectiva política, pensada e sistematizada pelo filósofo e professor afro-americano Molefi Kete Asante, pode apontar caminhos para o realinhamento do africano na diáspora brasileira ao seu eixo civilizatório, contribuindo para uma nova perspectiva da construção de um olhar africano sobre o mundo. Nessa perspectiva, além de Asante, dialoga-se também com as produções de autores africanos e afro-diaspóricos como Ama Mazama, Wade Nobles, Marimba Ani, Tidiane N'Diaye, Aza Njeri, entre outros. Também utiliza-se como fonte de dados para construir o panorama da diáspora brasileira o site da organização Slave Voyages que reúne um Banco de Dados do Tráfego Escravo Transatlântico a partir de fontes de bibliotecas e arquivos de vários lugares do Atlântico, produto de pesquisas independentes e colaborativas.

Palavras-chave: Afrocentricidade; Diáspora afro-brasileira; Realinhamento.

ABSTRACT

Slavery is not African history, but a phenomenon that interrupted African history and impacted the way the African individual perceives himself and looks at the world around him, now derailed from its civilizing axis and displaced to the European civilizing axis (NOBLES, 2009). It is noticed that this detachment puts the African in disagreement in relation to his own culture. (ASANTE, 2009) This article aims to reflect on how Afrocentricity as a theory, practice and political perspective, thought and systematized by the African-American philosopher and professor Molefi Kete Asante, can point out ways for the realignment of the African in the Brazilian diaspora to its civilizing axis, contributing to a new perspective of the construction of an African look on the world. In this perspective, in addition to Asante, he also dialogues with

¹Acadêmica de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: carolinavalesousa@gmail.com.

the productions of African and Afro-diasporic authors such as Ama Mazama, Wade Nobles, Marimba Ani, Tidiane N'Diaye, Aza Njeri, among others. Also used as a data source to build the panorama of the Brazilian diaspora is the website of the organization Slave Voyages which gathers a Transatlantic Slave Traffic Database from library and archive sources from various places in the Atlantic, the product of independent research and collaborative.

Keywords: Afrocentricity; Afro-Brazilian diaspora; Realignment.

RESUMEN

La esclavitud no es la historia africana, sino un fenómeno que interrumpió la historia africana e impactó la forma en que el individuo africano se percibe a sí mismo y mira el mundo que lo rodea, ahora descarrilado de su eje civilizador y desplazado al eje civilizador europeo (NOBLES, 2009). Se observa que este desapego pone al africano en desacuerdo en relación con su propia cultura. (ASANTE, 2009) Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo la Afrocentricidad como teoría, práctica y perspectiva política, pensada y sistematizada por el filósofo y profesor afroamericano Molefi Kete Asante, puede señalar formas para el realineamiento del africano en la diáspora brasileña. a su eje civilizador, contribuyendo a una nueva perspectiva de la construcción de una mirada africana en el mundo. En esta perspectiva, además de Asante, también dialoga con las producciones de autores africanos y afro-diaspóricos como Ama Mazama, Wade Nobles, Marimba Ani, Tidiane N'Diaye, Aza Njeri, entre otros. También se utiliza como fuente de datos para construir el panorama de la diáspora brasileña el sitio web de la organización Slave Voyages, que reúne una base de datos transatlántica de tráfico de esclavos de fuentes de bibliotecas y archivos de varios lugares del Atlántico, producto de investigaciones independientes y colaborativo.

Palabras clave: Afrocentricidad; Diáspora afro-brasileña; Reordenación.

INTRODUÇÃO

Pensar a diáspora africana no mundo, forçada pelo roubo e sucateamento do continente africano, com a colonização e imperialismo protagonizados pelos europeus sob um ideal desenvolvimentista, tem sido foco de estudo para diversos pesquisadores e pesquisadoras que discutem os impactos decorrentes desses fenômenos na realidade africana além-mar. Resgatando as reflexões de Nobles (2009), pode-se afirmar que a escravização “descarrilou” os seres africanos do seu eixo civilizatório. O autor elabora uma metáfora para explicar esse pensamento: imagine um trem que percorre normalmente seu caminho e, que por algum infortúnio um acidente acontece e o tira dos trilhos; é possível perceber um desastre, mas mesmo tombado, sem contrariar as leis da Física, o trem seguirá em movimento até certo ponto. Nesta metáfora, compreende-se que o trem é o povo africano e os trilhos o seu eixo civilizatório, que o acidente foi a colonização, e o resultado são todos os destroços causados no deslocamento para outro eixo civilizatório: o europeu. Os impactos são percebidos nos diferentes campos da

vida do indivíduo africano em diáspora: econômico, político, cultural, linguístico, social, espiritual e subjetivo. Aqui, o termo “africano” - partindo de uma concepção Pan-africanista - refere-se tanto às pessoas do continente como às pessoas da diáspora, como forma de reivindicação de uma matriz cultural comum entres os mesmo que independe da localização geográfica compreendendo que os afro-diaspóricos só nasceram fora da África por uma condição que forçou sua saída de lá, a escravidão europeia. Dessa forma, através de ideias, teorias e imaginários sociais, a experiência europeia e ocidental instaurou-se como norma universal, anulando toda e qualquer experiência humana que não compõe tal hegemonia, afetando e rompendo as subjetividades e tradições dos sujeitos em diáspora.

Desse modo, o presente artigo não busca, necessariamente, centralizar as mazelas causadas pela Europa como suleador das discussões. Assumimos o compromisso étnico linguístico de assumir o Sul como referência contrapondo o Norte, que na geopolítica mundial é entendido como tudo aquilo que é centro, dominante e universal, neste estudo coloca-se como centro tudo aquilo que é periferia do mundo europeu. (SANTOS, 2009) Assim, reconhecendo tais mazelas que a Europa causou, objetiva-se pensar a urgência de caminhos que proporcionem a retomada dos trilhos do povo africano diaspórico partindo da teoria da Afrocentricidade, sistematizada por Molefi Kete Asante (1980) – filósofo afro-americano e professor do Departamento de Estudos Afro-Americano da Universidade de Temple na Filadélfia (EUA), onde fundou o primeiro programa de doutorado em Estudos Afro-americanos. Asante possui uma vasta produção acadêmica com mais de 70 livros publicados, considerado um dos doze maiores pensadores afrodescendentes pela União Africana – Instituição africana continental fundada em 2002, localizada em Adis Ababa na Etiópia, que reúne todos os 54 países do continente com o propósito de eliminar o colonialismo no continente e proporcionar a soberania dos estados africanos.

Portanto, utilizando como metodologia a Pesquisa Bibliográfica que possibilita “explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos e [...] conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto ou problema” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55), propõe-se discutir de que forma a Afrocentricidade, enquanto teoria, prática, agência política e perspectiva, pode apontar caminhos para o realinhamento ao eixo civilizatório africano no que referindo-se a aspectos subjetivos do ser. Busca-se explorar a teoria a partir dos escritos de Asante, trabalhando com os conceitos de “agência”, “localização/lugar” e “conscientização”.

Compreendendo que a experiência da diáspora africana deve ser analisada partindo de sua localidade geográfica, pois embora a situação do negro seja semelhante nas diversas partes do mundo existem aspectos singulares das vivências, atenta-se sobretudo à experiência afro-diaspórica no território brasileiro. Nesse sentido, além de Asante, firma-se um diálogo com produções de outros autores afro-diaspóricos e africanos, como: Ama Mazama; Wade Nobles; Marimba Ani; Tidiane N'Diaye; Aza Njeri; Renato Noguera, entre outros, a partir de suas produções. Outra fonte de dados utilizada para construir o panorama da diáspora brasileira foi o site da organização Slave Voyages que, reúne um Banco de Dados do Tráfego Escravo Transatlântico, a partir de fontes de bibliotecas e arquivos de vários lugares do Atlântico, fruto de pesquisas independentes e colaborativas.

PANORAMA HISTÓRICO DA DIÁSPORA AFRO-BRASILEIRA

É essencial salientar que a escravidão não é história africana, mas sim um fenômeno que interrompeu a história africana, pois antes da invasão do continente e o sequestro do Atlântico que trouxe forçadamente pessoas para a América para escravizarem sua mão-de-obra nos canaviais, os povos africanos já haviam construído grandes impérios e civilizações. De forma breve, pode-se comprovar essa afirmação, citando como exemplo os impérios de Gana/Wajadu; Mali/Mandinka; Reino de Zimbabwe; Reino do Congo e Ngola; Império Oyo; Império Benin; Império Shongai, Ashanti e Zulu; Império de Kush; e a antiga civilização de Kemet – nome do *Antigo Egito* antes da nomeação colonial dada pelos gregos. Evidencia-se também os vários grupos étnicos, como: Quicongos; Iorubás; Ngolas; Congos; Hauçás; Ibos; Tutsis; Hutus Ewe; Benguelas; Zulus; Macuas; Mongas; Minas; etc. Mencionar estes impérios e grupos étnicos é afirmar uma pluriversalidade de povos que existiram e ainda existem no continente africano. A historiografia atual já é capaz de comprovar as importantes contribuições das civilizações africanas pré-coloniais para o mundo, no que concerne as áreas do saber como Artes, Arquitetura, Engenharia, Filosofia, Matemática, Política, Cultura, etc.

É importante destacar que o sucateamento da África é iniciado pelos árabes-muçulmanos, a partir dos movimentos de expansão do Islã, iniciando no século VII, seguindo até o século X. De acordo com Tidiane N'Diaye (2008, p.4):

Os árabes, no decurso dos seus movimentos de conquista, começaram por tomar, submeter e islamizar o Norte de África, antes de se dirigirem

para Espanha. Neste país, desenvolveram uma civilização brilhante, simbolizada pelos emirados e califados de Córdova. Depois, quando regressaram a África, numa nova vaga de islamização dos povos, levaram consigo uma infinidade de desgraças. Durante a progressão árabe, a sobrevivência constituía um verdadeiro desafio para as populações. Milhões de africanos foram arrasados, massacrados, capturados, castrados ou deportados para o mundo árabe-muçulmano. Isto em condições desumanas, em caravanas que atravessavam o Saara ou por via marítima, a partir dos entrepostos de carne humana da África Oriental.

Foi a partir do século XV que os europeus estabeleceram uma intensa rota comercial com outros locais por meio das navegações marítimas e invadiram, o que hoje conhecemos como *Amérikka*, mais de cinco séculos após o início dos danos causados pelos árabes-muçulmanos. Aqui, *Amérikka* - grafia articulada pela pantera negra Assata Shakur - será escrita por triplo “K” fazendo analogia ao grupo supremacista branco estadunidense Ku Klux Klan que perseguiram e perseguem afro-americanos. Tal comparação é feita por compreender que a construção desse continente só foi possível a partir do derramamento de sangue de muitos povos para concretizar o fortalecimento da supremacia branca europeia e ocidental, tornando como o referencial universal o homem, patriarca, branco e europeu.

No Brasil, lugar já ocupado pelos ameríndios, as tropas portuguesas tomaram o território para si e instauraram uma Era de exploração das riquezas dessas terras, com um vasto episódio de matança, escravização e desumanização. Assim, com a necessidade de mão de obra para o trabalho nos engenhos de açúcar, observa-se o início do segundo movimento mais intenso de sucateamento do continente africano, inaugurando o maior deslocamento forçado de pessoas a longa distância em toda a história da humanidade, sendo o país o local com maior número de afrodescendentes fora da África, e o que mais recebeu africanos escravizados durante o sistema escravocrata. Segundo informações do banco de dados da organização Slave Voyages:

“O tráfico de escravos para o Brasil, que acabou sendo responsável por cerca de quarenta por cento deste comércio, teve início em torno de 1560. O açúcar impulsionou esse tráfico, à medida que os africanos foram substituindo gradualmente a força de trabalho indígena utilizada nos primeiros engenhos de açúcar no período de 1560 a 1620” (GATES, 2007).

Examinando o mesmo site, destaca-se que a estimativa de africanos que embarcaram nos navios durante os 4 séculos de colonização portuguesa com destino ao Brasil é de 5.848.265, e a estimativa dos africanos que desembarcaram em solo firme é de 5.009.815. Essa diferença

demonstra o grande índice de mortalidade de africanos sequestrados na forçada travessia do Atlântico. Mortalidade que não finaliza-se na travessia, mas é perpetuada desde o sistema escravocrata até os dias atuais através do projeto de genocídio da população afrodiáspórica, feita de forma cautelosa e sofisticada no país, por meio de processos como a política embranquecimento da população brasileira; incentivo da imigração europeia; difusão do mito da democracia racial, que colocava o país como suposto paraíso da miscigenação; e a perseguição aos africanos livres, com a instituição do Código Penal e Lei da Vadiagem, e perseguição às práticas culturais e religiosas africanas.

A escravização sistematizada pelos europeus, em questão a portuguesa em território brasileiro, será discutida em singular pois carrega em seu bojo particularidades que nenhuma outra escravização proporcionou: a desumanização do indivíduo como premissa e ruptura do eixo civilizatório. Marimba Ani (1994) a conceitua como “Maafa”, que na língua Swahili significa “o grande desastre”. Muitos autores interpretam o conceito de Maafa como “holocausto negro/africano”, mas a utilização da palavra holocausto, de certa forma, compete com o holocausto que acometeu os judeus na Segunda Guerra Mundial – não menos importante, mas em circunstâncias e com métodos diferentes. A utilização do conceito de Maafa se adequa exclusivamente para explicar a experiência africana e seu descarrilamento para a Amérikka. Dessa forma, a Maafa tem como localização temporal de início a invasão do continente e segue em etapas lógicas com o sequestro, encarceramento, volta na árvore do esquecimento, embarque, travessia do Atlântico, desembarque, leilão, escravidão e seguiu no pós-escravidão até os dias de hoje, pois com a assinatura da Lei Áurea em 1888 não houveram políticas que proporcionassem a integração desses indivíduos na sociedade brasileira considerando que hoje os afrodescendentes vivem uma escravização modernizada por meio da subalternização e os diversos tentáculos do genocídio, que tem em seu centro o racismo atravessando cada indivíduo a partir de suas particularidades. Assim, mesmo tendo um marco inicial, a Maafa é um fenômeno transtemporal, transterritorial, transcultural e assola um povo de forma contínua. Vivemos em um constante estado de Maafa (NJERI, 2020).

Os colonizadores utilizaram de várias estratégias para promover sua cultura de forma violenta e instaurar o poder. O primeiro mecanismo de dominação foi a linguagem. Para isso, articulou-se a estratégia de misturar diferentes grupos étnicos nos tumbeiros dos navios negreiros de forma que as pessoas não pudessem se comunicar, e assim evitando rebeliões – ou pelo menos diminuindo-as. Posteriormente, houve a proibição dos africanos de falarem suas

línguas maternas que, com a assimilação forçada da língua portuguesa, gerou o completo rompimento com suas línguas nativas. Entretanto, vale ressaltar que várias palavras do português brasileiro carregam em sua etimologia as línguas africanas, sobretudo o Yorubá – que em 2018 foi declarada Patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro – e as línguas Bantos. A proibição dos cultos a seus deuses e a imposição do cristianismo por meio da catequização foi a grande ferramenta da colonização.

Abdias Nascimento, ao discutir sobre o falso sincretismo religioso presente no Brasil, destaca que:

Longe de resultar de troca livre e de opção aberta, o sincretismo católico-africano decorre da necessidade que o africano e seu descendente teve de proteger suas crenças religiosas contra as investidas destruidoras da sociedade dominante. As religiões africanas, efetivamente postas para fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização. O catolicismo, como a religião oficial do Estado, mantinha o monopólio da prática religiosa. Os escravos se viram assim forçados a cultuar, aparentemente, os deuses estranhos, mas sob o nome dos santos católicos guardaram, no coração aquecido pelo fogo de Xangô, suas verdadeiras divindades: os orixás (2016, p. 133).

Outra estratégia utilizada, foi a aplicação da palavra “negro” para classificar esses povos com o intuito de homogeneizar e negar a diversidade cultural africana. Assim, concorda-se com a afirmação de Aza Njeri:

A travessia transatlântica foi, sobretudo, uma travessia ontológica, cuja fratura do Ser se faz presente num processo de quebras identitárias e de banzo contínuo. Não foi apenas a troca de um verbete - africanos - por outro - negros -, mas sim o esvaziamento da pertença subjetiva que ficará como legado para a descendência diaspórica, já que o próprio Ocidente, em seus processos de categorizações, rejeita veementemente que os afrodiáspóricos, (re)assumam sua identidade africana para agregar em perspectivas de formas de Vida e em outras maneiras de experienciar a sua humanidade (2020, p. 168-169).

Partindo dessas análises, observa-se que a Europa matou o ser africano de forma física, social e espiritual, quando percebemos que o próprio africano passou a interiorizar narrativas negativas sobre si, sem conseguir perceber-se como humano e parte de um sistema civilizatório rico. Desse modo, percebe-se que “o agressor é internalizado. Assim, não é necessária a presença física de um agressor, porque o negro passa a se autorrejeitar [...] Negar e anular o

próprio corpo nos torna o sujeito ‘outro’, visto que só existimos como sujeito em relação ao outro, à alteridade”. (NOGUEIRA, 2017, p. 123). Dessa forma, destaca-se a urgência de narrativas que consigam propor caminhos de re-humanização da afro-diáspora-brasileira colocando os afrodescendentes no centro de suas narrativas e não como periferia das narrativas alheias. Assim, discutiremos no próximo capítulo a concepção da Afrocentricidade e suas propostas de recarrilamento dos africanos ao seu eixo civilizatório.

AFROCENTRICIDADE: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

A Afrocentricidade surge na década de 1980 com a publicação do livro de Molefi Kete Asante, intitulado “Afrocentricidade: a teoria de mudança social”, onde o autor sistematiza todo o escopo teórico do paradigma. Posteriormente o mesmo publica A ideia afrocêntrica (1987) e Kemet, afrocentricidade e conhecimento (1990), outras importantes obras para a organização do paradigma. A perspectiva proposta surge, sobretudo, em resposta a supremacia branca que tomou para si todo legado de produção de conhecimento, instalando-se no seio do mundo como experiência universal. Desse modo, a premissa questionadora da Afrocentricidade é: os padrões construídos no Ocidente que partem da experiência eurocêntrica para analisar as causas conseguem incluir e compreender a experiência africana e diaspórica em termos culturais, psicológicos, econômicos, políticos e históricos? A resposta encontrada quando se adota o paradigma afrocêntrico é bem óbvia: Não! Pois, por mais que uma ideia venha acompanhada de qualquer critério de neutralidade, constitui “o produto de uma matriz cultural e histórica particular” (MAZAMA, 2009, p.113). Essa matriz cultural citada é o que conhecemos por eurocentrismo – toda visão de mundo que parte da Europa como elemento fundamental, centralizador e superior para analisar qualquer experiência de mundo, inclusive, as experiências não-europeias. Essa centralidade da Europa para qualquer análise sobre qualquer fenômeno é sustentada pela herança colonial que garantiu seu lugar na geopolítica mundial como centro das discussões, colocando qualquer experiência não-europeia como periferia do pensamento europeu. Isto serve, inclusive, para manter os africanos deslocados da sua própria experiência cultural, pois não se trata apenas de marginalizar e estigmatizar os africanos, mas de deturpar o sentido, o significado e a imagem desse indivíduo, que geralmente vivencia “um processo de destituição do seu lugar ou de suas conquistas” (NOGUEIRA, 2017, p. 125)

Dessa forma, a perspectiva afrocêntrica nasce como uma teoria, prática, e perspectiva política que pensa o conceito de “agência” do indivíduo africano, ou seja, “percebe os africanos

como SUJEITOS e AGENTES de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p.93). Para o autor, o *agente* é o ser humano capaz de agir conscientemente e independente, em função de seus interesses. A *agência*, por sua vez, constitui a capacidade do ser humano dispor de recursos psicológicos e culturais para o avanço da humanidade. Assim, a *desagência* configura-se como qualquer situação que o africano não é protagonista em seu próprio mundo.

Outro conceito apresentado por Assante (2009) é o de *localização/lugar*. É necessário que qualquer olhar que analise o povo africano e sua realidade parta de uma localização centrada em África e na sua diáspora. Mas o que isso significa na prática? Ao discutir sobre a linguagem, por exemplo, que é uma ferramenta colonizadora e que pode ser utilizada para subestimar o outro, Asante alerta:

Por exemplo, quando um inglês ou um norte-americano chama uma casa africana de “choupana”, está deturpando a realidade. O afrocentrista aborda a questão do espaço de moradia dos africanos do ponto de vista da realidade africana. A ideia de casa na língua inglesa faz presumir um prédio moderno com cozinha, banheiros e áreas de recreação, mas o conceito africano é diferente. Assim, a casa deve ser concebida como um conjunto de estruturas em que uma é usada para dormir, outra para armazenar bens e objetos de uso doméstico e outra, ainda, para receber convidados. a cozinha e a área de recreação estão em espaços diferentes utilizados para dormir. Portanto é importante que para avaliar as ideias culturais africanas, a pessoa preste muita atenção ao tipo de linguagem que está sendo usada. No caso dos domicílios africanos, deve-se primeiro perguntar o nome que eles próprios atribuem ao lugar que eles dormem. Essa é a única forma de evitarmos pejorativos como “choupana” para definir lugares que em que vivem os africanos (ASANTE, 2009, p. 98-99).

Nesse sentido, a Afrocentricidade deve-se aplicar a todos os campos da nossa vida, e busca a agência africana na arte, na história, na filosofia, na literatura, na política, na educação, cotidianamente. E só é possível a partir de outro fenômeno que Asante (2009) conceitua como fundamental para a realocação do africano como centro de sua própria experiência: a *conscientização*. O africano consciente consegue se ver como agente e não como dependente da história alheia, se tornando, assim, capaz de propor caminhos de emancipação para seu povo.

É importante salientar a existência de sujeitos que concretizaram ações de perspectiva afrocêntrica que antecedem o lançamento do primeiro livro de Asante, porém a grande contribuição do mesmo foi a elaboração, sistematização e embasamento da teoria. Dessa forma Mazama (2009, p. 118) afirma:

Decerto encontramos em intelectuais precedentes a afirmativa de que a experiência africana é diferente da europeia e deve ser vista como tal - da insistência de Blyden na infusão do currículo com informações sobre a história e cultura africanas à ênfase de Marcus Garvey na necessidade de olhar o mundo através de “nossos próprios óculos”. Igualmente, o apelo de Du Bois por uma “universidade negra” para interpretar os fenômenos africanos e afro-americanos seguiu essa mesma linha. Entretanto, é a Molefi K. Asante que devemos a transformação da relevância epistemológica africana em um princípio científico operacional, da mesma forma que devemos a Cheik Anta Diop (1991) a transformação da negritude dos antigos egípcios num princípio operacional científico (MAZAMA, 2009, p.118).

Para melhor entendimento, destaca-se as principais características da Afrocentricidade:

1) Interesse pela localização psicológica, onde a mente da pessoa está situada, e perceber se a mesma está central ou marginal em relação a sua própria cultura; 2) Compromisso com a descoberta do lugar do africano como sujeito, que por muito tempo teve sua experiência vista a partir do olhar do europeu e não do olhar do próprio africano; 3) Defesa dos elementos culturais africanos como elementos que constituem a realidade de um povo; 4) Compromisso com o refinamento léxico, 5) Compromisso com uma nova narrativa da história da África. Dessa forma, a simples ação de estudar sobre algum aspecto das vidas dos africanos em continente ou da diáspora não tornará o sujeito afrocêntrico, como é possível observar nos diversos estudos sobre esse grupo que carregam em seu seio, sobretudo, um olhar europeizado.

Afrocentrar, portanto, é estar de acordo com todas essas características aqui apresentadas, e para além disso, é perceber o africano como agente e consciente do seu lugar da história podendo agir pelos seus próprios interesses. E torna-se importante, pois possibilita que narrativas positivas acerca dos afrodescendentes sejam construídas a fim de eliminar imaginários acerca da sua cultura e conduta.

Embora a *Maafa* impacte intensamente a subjetividade do sujeito africano até os dias atuais, uma vez que caracteriza-se como projeto genocida voltado para essa população, observa-se que em seu seio, a resistência africana diaspórica brasileira sempre esteve presente, desde que o primeiro ancestral que pisou nessas terras e estendendo-se até a atualidade, como forma de manter-se vivo. Africanos nunca aceitaram a opressão passivamente, mesmo que haja um esforço profundo do colonizador de distorcer o sentido dessas lutas a fim de silenciá-las. Com o sequestro do Atlântico, atravessou-se também um conjunto de sistemas e valores africanos que repercutem na sociedade brasileira. Aza Njeri (2020) aponta que os africanos atravessaram

com o corpo, a palavra e o conjunto ético-estético do seu eixo civilizatório, e é a partir desse conjunto ético-estético, da palavra e do corpo que se pensa a Afrocentricidade. Como proposta prática de agência do sujeito afro-brasileiro.

Nesse sentido, destaca-se o projeto “A Cor da Cultura”, que foi criado em 2004 com objetivo de incentivar a valorização da cultura afro-brasileira a partir de produções audiovisuais e formação de professores em parceria com outras instituições, como o Canal Futura, a Petrobras, o Ministério da Educação – MEC, a Fundação Palmares, Rede Globo, Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR e o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro – CIDAN. Neste projeto educativo, no que tange a formação de professores, inclui:

A produção de um kit educativo e ações de capacitação para quatro mil professores para sua utilização em sala de aula. Previu-se a distribuição de dois mil kits para escolas públicas de ensino fundamental de sete estados da Federação contendo, além da produção audiovisual, diversos outros materiais de apoio à ação pedagógica como livros, jogos educativos, mapas, entre outros recursos que capacitam a abordagem da temática africana e afro-brasileira. Dentre esses recursos encontra-se o Mapa de Valores Civilizatórios, gravura que interconecta conceitos atribuídos às populações de origem africana, porque identificáveis nas suas tradições. São elementos culturais sempre presentes, ou recorrentemente percebidos como típicos dos povos afro-brasileiros. Isto é, embora haja diversidade de organização dos povos africanos, de suas línguas, de costumes, de ritos, etc., é possível verificar uma convergência de identidades nas suas manifestações culturais (FREITAS, 2019, p.17,18).

Nesse contexto, a sistematização desses valores civilizatórios da diáspora africana brasileira é o que interessa, que são: a circularidade, oralidade, religiosidade, energia vital (axé), ludicidade, memória, ancestralidade, cooperativismo/comunitarismo, musicalidade, corporeidade. Todos esses valores são percebidos, em essência, nos saberes e fazeres do afro-brasileiro, e podem ser percebidos na Capoeira, no Candomblé, no Samba, no Jongo, no Quilombo, nas danças atuais, como o passinho do funk e o Kuduru, na relação com as ervas e seu uso medicinal, na alimentação, etc. Essas práticas também estão presentes em movimentos como as organizações abolicionistas, na Frente Negra Brasileira, nas Escolas de Samba, nas Organizações de terreiro, no Teatro Experimental do Negro, Movimento Negro Unificado, nos grupos culturais como o Olodum (Salvador/Bahia), Bando do Teatro Olodum, e Escola Quilombista Dandara dos Palmares. O que se evidencia com isso é a presença da agência

africana em práticas originalmente africanas. Porém, a problemática está presente no fato de que, muitos afrodescendentes têm se afastado desses valores, muitas vezes, negando-os por conta de um pensamento colonial que foi articulado justamente para que estes sujeitos ignorassem o que é seu. Para melhor exemplificar esse estado de desagência, citamos o grande número de pessoas pretas que estão em constante migração para religiões de tradição cristã. Aqui, não trata-se de discutir as vontades pessoais de cada indivíduo e seu desejo de querer frequentar tal espaço religioso, mas de entender que estrutura está por trás da influência desse desejo. É notório que o Cristianismo foi uma ferramenta de grande importância para o sucesso da colonização, concedendo, inclusive, grandes poderes para que os cristãos tivessem liberdade para fazer o que desejassem com os não-cristãos. Segundo o Mestre Antônio Bispo dos Santos (2015), mais conhecido como Nego Bispo, a bíblia enquanto livro sagrado do Cristianismo, em muitas passagens fundamenta a ideologia da escravidão, tais como:

O servo que soube a vontade do seu senhor, e não se aprontou, nem fez conforme a sua vontade, será castigado com muitos açoites; 48, mas o que não a soube, e fez coisas que mereciam castigo, com poucos açoites será castigado. Daquele a quem muito é dado, muito se lhe requererá; e a quem muito é confiado, mais ainda se lhe pedirá. (LUCAS 12:47 e 48: (Jesus falando) [...] Todos os servos que estão debaixo do jugo considerem seus senhores dignos de toda honra, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados.² E os que têm senhores crentes não os desprezem, porque são irmãos; antes os sirvam melhor, porque eles, que se utilizam do seu bom serviço, são crentes e amados. Ensina estas coisas (TIMÓTEO 6:1) [...] Se alguém ferir a seu servo ou a sua serva com pau, e este morrer debaixo da sua mão, certamente será castigado;²¹ mas se sobreviver um ou dois dias, não será castigado; porque é dinheiro seu (ÊXODO 21:20) [...] Vós, servos, sujeitai-vos com todo o temor aos vossos senhores, não somente aos bons e moderados, mas também aos maus.¹⁹ Porque isto é agradável, que alguém, por causa da consciência para com Deus, suporte tristezas, padecendo injustamente ²⁰ Pois, que glória é essa, se, quando cometeis pecado e sois por isso esbofeteados, sofreis com paciência? Mas se, quando fazeis o bem e sois afligidos, o sofreis com paciência, isso é agradável a Deus (PEDRO 2:18) (apud BISPO, 2015, p. 31-32-33).

Ao chegarem nas terras brasileiras, o primeiro grande trabalho dos portugueses foi impor sua religião aos povos indígenas e, posteriormente, aos africanos. É sabido que a Companhia de Jesus – ordem religiosa ligada à Igreja Católica que buscava expandir o Cristianismo – teve um trabalho intenso de catequização dessas pessoas sob a premissa de que esses povos precisavam de “salvação”, a “salvação” de um deus único, onipotente, onipresente e onisciente, ocorrendo concomitante à proibição de culto aos deuses que esses povos

acreditavam. No caso dos africanos da etnia Yoruba, por exemplo, houve também a demonização de seus Orixás, uma vez que o Cristianismo, caracterizando-se como religião monoteísta, não considera a existência de nada mais sagrado que seu único “Deus”, e assim todos os outros Deuses de religiões politeístas não poderiam compartilhar dessa “deidade”, logo demonizados. Dessa forma, houve, por parte dos colonizados, uma interiorização desse imaginário na sociedade brasileira, fazendo com que muitos afrodescendentes deixassem suas religiões de matrizes africanas e buscassem no Cristianismo sua “salvação”. Com isso, consegue-se exemplificar o sentido de desagência que muitos afro-brasileiros estão em relação aos seus próprios valores, justamente pelas estratégias coloniais que foram e continuam sendo bem sucedidas.

Portanto, a proposta da Afrocentricidade é que se retome o verdadeiro sentido da cultura africana, que é pouco ensinada a partir da sua riqueza, mas sempre ressaltada a partir do desastre da colonização e da interpretação do colonizador. O conhecimento acerca do que a África era antes da invasão colonial é pouco acessado, justamente em razão do apagamento histórico-cultural. Nas escolas, as crianças pretas passam quase 15 anos - contando o Ensino Primário, Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio - de suas vidas estudando a história de outro povo e não a sua, contribuindo para uma construção identidade negativa e que violenta suas subjetividades, embora haja o esforço de aprovar uma lei que inclua em seus currículos escolares a História e Cultura Afro-brasileira e Africana - lei 10.639/03, mas há ainda muitos caminhos para que a mesma seja aplicada de forma efetiva promovendo uma sociedade mais justa e pluriversal. Assim, além da educação, a proposta de pensar uma política, alimentação, cultura, esporte, literatura, entre outros campos que estejam como centro as experiências do eixo civilizatório africano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a Afrocentricidade não propõe algo que seja inovador. Não objetiva, em termos, *inventar a roda*, mas nos possibilita olhar a roda que gira há muito tempo, desde que os antepassados viviam no continente africano. A Afrocentricidade convida a olhar para trás, como movimento de Sankofa – ideograma filosófico parte do sistema de escrita do povo Akan – que como mensagem diz que deve-se olhar para o passado e buscar nele o que for necessário para ressignificar o presente e construir o futuro. Assim, compreende-se que a reorganização

do povo africano na diáspora será possível apenas quando suas referências partirem de uma perspectiva africano centrada. A Afrocentricidade propõe voltar à África, e o que a mesma era antes da colonização, para de lá os afrodescendentes possam resgatar os fôlegos necessários para continuar em diáspora sem desconhecer sua história e o legado de seu povo.

É necessário destacar que isso não significa adotar uma perspectiva “essencialista” ou uma idealização de uma África mítica, pelo contrário, há o reconhecimento que na história africana houveram conflitos e guerras, mas que nenhum disputa étnica chegou ao ponto de destituir a humanidade de milhões de pessoas, desumaniza-las e romper com seu eixo civilizatório, como o que ocorreu com a colonização europeia. Assim, fala-se do direito genuíno que, qualquer pessoa de descendência africana que viveu e vive na Maafa, tem de recorrer às referências africanas para curar as cicatrizes que a colonização causou na sua subjetividade. A filósofa Aza Njeri conceitua esse direito como “Espólios de Maafa” (NJERI, 2020).

Dessa forma, a resposta que encontra-se para o recalilamento e realinhamento da diáspora afro-brasileira ao seu eixo civilizatório está presente nos quilombos, nos terreiros, no candomblé, na capoeira, no samba, e em todas as manifestações que carregam, genuinamente, valores e princípios africanos.

REFERÊNCIAS

ANI, M. **Yurugu**: An African-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior. Trenton: África World Press, 1994.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

ASANTE, M. K. **Afrocentricity**: The theory of Social Change. Illinois: African American Images, 2003.

BELT, A. Língua Iorubá é oficialmente patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro. **Portal Geledés**, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lingua-ioruba-e-oficialmente-patrimonio-imaterial-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**: para uso de estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983

FREITAS, E. L. V. **Os valores civilizatórios afro-brasileiros e o jogo Mancala**. Rio de Janeiro: Porto Alegre, 2019.

GASPAR, L. **Acarajé**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2020. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GATES, H. L. **Tráfico Transatlântico de escravos - ensaios**. The Slave Voyages Consortium, 2007. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MAZAMA, A. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

N'DIAYE, T. **O genocídio ocultado**. Gallimard, 2008.

NJERI, A. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 3, 2019.

NJERI, A. Reflexões artísticos-filosóficas sobre a humanidade negra. **Revista Ítaca**, n. 36, 2020.

NOBLES, W. W. Shakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.

NOGUEIRA, I. B. Cor e inconsciente. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, R. **O ensino da filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. `P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Artigo recebido em: 30 de julho de 2020.

Artigo aprovado em: 2 de setembro de 2021.